



ANÁLISE POLÍTICA

Ano 3, 77ª Edição - Brasília, 08/09/2022

Os planos de governo dos principais candidatos à Presidência da República

A exatos **24 dias do 1º Turno das Eleições Gerais de 2022**, quatro candidatos à Presidência da República possuem mais de 3% das intenções de voto, segundo o [Agregador de Pesquisas](#) do Poder 360, ferramenta que traça a mediana de todas as pesquisas eleitorais disponíveis de forma pública.

Desta forma, com o objetivo de trazer mais informações ao público cooperativista, a Análise Política desta semana focará nas propostas de cada um dos **quatro principais candidatos**, em ordem alfabética: Ciro Gomes, Jair Bolsonaro, Lula e Simone Tebet, com o objetivo de identificar suas respectivas citações, em seus planos de governo, sobre o cooperativismo, bem como sobre a Reforma Tributária, uma das principais prioridades do cooperativismo em nossa [Agenda Institucional](#). Confira!



Clique na foto de cada candidato para acessar o respectivo plano de governo.

Citações ao cooperativismo nos planos de governo



O Plano de governo do candidato Ciro Gomes não cita o cooperativismo.



Eixo 3C – Promover e Fortalecer a Capacidade de Agregação de Valor da Agropecuária e da Mineração (página 19):

Proposta: “É preciso que o Brasil alcance um outro patamar nesses setores, agregando ainda mais valor à sua produção do setor agropecuário e de minérios. Após a reeleição, devem ser estimuladas empresas modernas de beneficiamento, incluindo cooperativas, pequenos e grandes produtores. A bioeconomia deve ser abordada no Plano de Governo, de forma a oferecer soluções sustentáveis dos mais variados sistemas de produção, com especial atenção à agropecuária a fim de substituir ao máximo recursos fósseis e não-renováveis.”



Capítulo Desenvolvimento Social e Garantia de Direitos (página 7):

Proposta 1: “O Brasil precisa criar oportunidades de trabalho e de emprego. Para isso, propomos a retomada dos investimentos em infraestrutura e em habitação; a reindustrialização nacional em novas bases tecnológicas e ambientais; a reforma agrária e o estímulo à economia solidária, à economia criativa e à economia verde inclusiva, baseada na conservação, na restauração e no uso sustentável da nossa biodiversidade. Também deve estender o apoio ao cooperativismo, ao empreendedorismo e às micro e pequenas empresas”.

Capítulo Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade Socioambiental e Climática (página 25):

Proposta 2: “Precisamos criar um ambiente em que empreendedores individuais, sociais e o cooperativismo em geral contem com um mosaico de oportunidades que assegure crédito facilitado, assistência técnica e, em gestão, acesso à tecnologia, prioridades em compras públicas e superação de burocracia”.

Proposta 3: “Vamos estimular a economia solidária, a economia criativa e o empreendedorismo social, que têm elevado potencial de inclusão produtiva, geração de renda e inovação social. Construiremos políticas de fomento e fortalecimento de redes e cadeias produtivas e outras iniciativas de cooperativismo, de facilitação do acesso a mercados e ao crédito e de estímulo à inovação”.



Eixo 2 – Economia verde e desenvolvimento sustentável (página 27):

Proposta: “Fortalecer e incentivar o cooperativismo”.

Reforma Tributária nos planos de governo

Capítulo Crescer e Gerar Mais Empregos (página 6):



Proposta: “defendemos uma ampla reforma tributária e fiscal, baseada nos seguintes pontos:

- Redução de subsídios e incentivos fiscais em 20% no primeiro ano de governo (aproximadamente R\$ 70 bilhões de redução de despesas);
- Recriação de imposto sobre lucros e dividendos distribuídos (aproximadamente R\$ 70 bi de receitas);
- Adoção do princípio do orçamento base zero e exame detalhado dos gastos (ambos auxiliarão na redução de despesas correntes); Taxação de grandes fortunas (0,5% sobre fortunas acima de R\$ 20 milhões, alcançando em torno de 60 mil contribuintes e gerando aproximadamente R\$ 60 bi de receitas).

Vamos alterar a composição da carga tributária no país, o que significa, em termos proporcionais, uma redução da tributação sobre a produção/consumo e a elevação da tributação sobre a renda. Em relação aos impostos que oneram a produção e o consumo, propomos a junção de cinco deles (ISS, IPI, ICMS, PIS e Cofins) em um único.”



Capítulo Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade Socioambiental e Climática (página 17):

Proposta: “Proporemos uma reforma tributária solidária, justa e sustentável, que simplifique tributos e em que os pobres paguem menos e os ricos paguem mais. Essa reforma será construída na perspectiva do desenvolvimento, “simplificando” e reduzindo a tributação do consumo, corrigindo a injustiça tributária ao garantir a progressividade tributária, preservando o financiamento do Estado de bem estar social, restaurando o equilíbrio federativo, contemplando a transição para uma economia ecologicamente sustentável e aperfeiçoando a tributação sobre o comércio internacional, desonerando, progressivamente, produtos com maior valor agregado e tecnologia embarcada. Queremos, também, corrigir um mecanismo que historicamente transfere renda das camadas mais pobres para as camadas de maior renda da sociedade: a sonegação de impostos.”



Capítulo Valores e princípios centrais do Plano de Governo (página 9):

Proposta: “Como parte da reforma tributária, dentro dos compromissos de desoneração assumidos para a gestão 2019-2022 e dos princípios da responsabilidade fiscal, foi elaborada uma proposta de correção de 31% na tabela do Imposto de Renda (IR) para Pessoas Físicas, isentando todos os trabalhadores celetistas que recebessem até R\$ 2,5 mil mensais. Para isso, em julho de 2021, o texto foi enviado ao Congresso Nacional e chegou a ser aprovado pela Câmara dos Deputados, mas não avançou no Senado. O governo reeleito de Jair Bolsonaro continuará perseguindo a efetivação dessa proposta e a ampliação da desoneração ao trabalhador. Sem a pandemia e com o crescimento econômico, com responsabilidade fiscal, será possível perseguir o objetivo de isentar os trabalhadores que recebam até cinco salários mínimos durante a gestão 2023-2026.”



Eixo 3: Governo parceiro da iniciativa privada (página 31):

Proposta:

- “Implementar, nos seis primeiros meses de gestão, a reforma tributária, com dois objetivos principais: simplificação e justiça social;
- Reformar tributos sobre o consumo, com a criação do IVA, trazendo mais justiça social, simplificação, progressividade e neutralidade ao sistema tributário brasileiro, sem deixar de lado a modernização dos mecanismos de desenvolvimento regional, com a criação de um fundo constitucional para compensar estados e municípios do Norte, Nordeste e Centro-Oeste;
- Reformar o imposto sobre a renda, para eliminar a regressividade do nosso sistema;
- Reavaliar gastos tributários, com metas anuais de redução.”

O plano de governo do candidato Ciro Gomes

O Plano de Governo do candidato Ciro Gomes possui 26 páginas e 13 eixos. Seu principal ponto é a defesa da implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), política pública multisetorial que estabelece objetivos, prazos, métodos de supervisão, coordenação, avaliação e controle, por meio do fortalecimento do Estado como indutor do crescimento econômico e desenvolvimento social brasileiro.

Eixo 1: O Brasil parou de crescer (página 3).

Eixo 2: O Brasil que queremos (página 5).

Eixo 3: Crescer mais e gerar mais empregos (página 6).

Eixo 4: A agenda ambiental que propomos (página 9).

Eixo 5: Uma nova Petrobras e um forte estímulo ao uso de fontes de energias baratas e sustentáveis (página 10).

Eixo 6: Vamos colocar a educação pública do Brasil entre as melhores do mundo (página 12).

Eixo 7: Um salto na qualidade da saúde (página 14).

Eixo 8: Combate ao desemprego, à pobreza, à desigualdade e à fome (página 16).

Eixo 9: Um plano para combater a corrupção (página 18).

Eixo 10: A pessoas precisam viver com paz e segurança (página 20).

Eixo 11: Devemos também garantir a igualdade de todos os brasileiros (página 22).

Eixo 12: A cultura como afirmação da identidade nacional (página 24).

Eixo 13: Como implementar este amplo Projeto Nacional de Desenvolvimento? (página 26).



O plano de governo do candidato Jair Bolsonaro

O Plano de Governo do candidato Jair Bolsonaro possui 48 páginas, 6 capítulos e tem por objetivo apresentar ao leitor o que o candidato realizou enquanto Presidente da República na atual legislatura, bem como as políticas públicas que serão fortalecidas em um segundo mandato. Seu plano é estruturado nos seguintes eixos:

Introdução (página 3).

Apresentação (página 5).

Eixo 1 Valores e princípios centrais do governo (página 8).

- 1.1 A liberdade e a vida (página 8).
- 1.2 Dignidade para os menos favorecidos (página 10).
- 1.3 Solidariedade social e voluntariado (página 11).
- 1.4 Equilíbrio socioeconômico regional (página 11).

Eixo 2: Fundamentação estratégica (página 12).

Eixo 3: Plano de governo (página 14)

- 3.1 Economia, tecnologia e inovação (página 14).
- 3.2 Saúde, educação e social (página 21).
- 3.3 Segurança e defesa (página 21).
- 3.4 Infraestrutura e logística (página 31).
- 3.5 Sustentabilidade ambiental (página 35).
- 3.6 Governança e geopolítica (página 42).

Conclusão (página 48).



O plano de governo do candidato Lula

O Plano de Governo do candidato Lula possui 34 páginas e quatro eixos temáticos. O programa tem como base a “reconstrução nacional” que o candidato afirma ser necessária após a atual legislatura, bem como as propostas da coligação partidária para alcançar o objetivo pretendido.

Introdução – Diretrizes para o programa de reconstrução e transformação do Brasil (página 2).

Eixo 1 Vamos juntos pelo Brasil – Compromissos para a reconstrução do país (página 3).

Eixo 2: Desenvolvimento social e garantia de direitos (página 6).

Eixo 3: Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade Socioambiental e Climática (página 15)

Eixo 4: Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania (página 27).



Clique na imagem para acessar a íntegra

O plano de governo da candidata Simone Tebet

O Plano de Governo da candidata Simone Tebet possui 48 páginas e quatro eixos temáticos. Seu plano de governo enfatiza a importância da retomada do crescimento econômico como motor do desenvolvimento social, para isso, prioriza a iniciativa privada e o papel do Estado como propiciador de melhores condições para o investimento privado se fortalecer.

Apresentação (página 5).

Eixo 1 Justiça social, cidadania e combate a desigualdade (página 9).

Eixo 2: Economia verde e desenvolvimento sustentável (página 21).

Eixo 3: Governo parceiro da iniciativa privada (página 29).

Eixo 4: Governo inclusivo, seguro e transparente (página 39).



Clique na imagem para acessar a íntegra

Propostas para um Brasil Mais Cooperativo

Com o intuito de nortear a construção das plataformas de governo dos principais candidatos à Presidência da República, funcionando, também, como direcionador das campanhas de candidatos que buscam levantar a bandeira do cooperativismo, **o Sistema OCB entregou o documento Propostas para um Brasil Mais Cooperativo às equipes de campanha de cada um dos quatro presidentiáveis melhor colocados atualmente nas pesquisas eleitorais.** O documento, parte integrante do Programa de Educação Política para o Cooperativismo Brasileiro – Eleições 2022, é estruturado em cinco eixos:



Cooperativas como **protagonistas de uma nova economia**



Cooperativismo como **modelo econômico do desenvolvimento sustentável**



Cooperativas em **prol de cidades e comunidades mais prósperas**



Construindo o **futuro do trabalho pela cooperação**



Bases estruturantes para **impulsionarmos o Brasil**



Acesse as edições anteriores.



Acompanhe nosso trabalho em:



sistemaocb



sistemaocb

somoscooperativismo.coop.br

somoscoop



SistemaOCB